

Género e cidadania: configurações da intervenção socioeducativa das organizações da sociedade civil

Ana Isabel Teixeira¹

Maria José Magalhães²

Pedro Daniel Ferreira³

Resumo

As questões relacionadas com a configuração e o exercício da cidadania e da igualdade de género constituem missões formalmente reconhecidas e atribuídas à atuação da Escola portuguesa e são também objeto de preocupação, de lutas e de intervenção por parte da Sociedade Civil. A relação entre estes campos constitui a base a partir da qual se desenvolve o projeto de doutoramento que se apresenta nesta comunicação e que visa alargar o espectro compreensivo sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que desenvolvem intervenções de natureza socioeducativa sobre cidadania e género em contexto escolar. Pretende-se identificar o papel que as políticas públicas exercem na configuração dessa relação, caracterizar o universo conceptual e ideológico que subjaz à atuação das diferentes OSC e discernir as componentes relacionais que configuram as dinâmicas estabelecidas com os diferentes contextos escolares. Este propósito será concretizado através do desenvolvimento de três estudos: 1) Políticas de Cidadania e Igualdade de Género (CIG), centrado no levantamento e na análise documental dos instrumentos de orientação política centrais para as questões relacionadas com género e cidadania; 2) Discursos das OSC sobre IS-CIG (Intervenção Socioeducativa-CIG), orientado para a caracterização das OSC que desenvolvem intervenções de natureza socioeducativa nestes domínios temáticos e 3) Práticas de IS-CIG, com o propósito de aceder ao domínio praxeológico da atuação das OSC.

Palavras-chave: Organizações sociedade civil, género, cidadania.

1. Introdução e contextualização da pesquisa

O estudo da relação entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e o espaço escolar, nos domínios da promoção da cidadania e da igualdade de género, inscreve-se num movimento mais amplo sobre o questionamento das novas lógicas de intervenção e de desenvolvimento, entendido como um processo multidimensional e eminentemente qualitativo que convoca uma pluralidade de parceiros sociais fortes, autónomos e capazes de contribuir para a reconceptualização da Educação, enquanto veículo de uma racionalidade social assente nos princípios de uma cidadania cosmopolita (Beck, 2016; Beck, Giddens, & Lash, 2000). Os desafios que hoje se colocam nos domínios da constituição e da participação cidadã têm múltiplas fontes, são dinâmicos e exigem um conjunto plural e versátil de intervenções. Os questionamentos e as

¹ CIIE-FPCE-Universidade do Porto, Portugal, Bolseira de Investigação Científica FCT (SFRH/BD/128591/2017), ana.ico.teixeira@gmail.com

² CIIE-FPCE- Universidade do Porto, Portugal, mjm@fpce.up.pt

³ CIIE-FPCE- Universidade do Porto, Portugal, pferreira@fpce.up.pt

perplexidades de vária índole, não raras vezes, solicitam uma reflexão complexa e clamam, também no domínio educativo, pela intervenção de formas mais ou menos organizadas da sociedade civil, quer como interlocutores na formulação de políticas públicas, quer como operadores dessas mesmas políticas. É neste contexto que se estrutura e se fundamenta a investigação em curso, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e que motiva a participação no XIV Congresso da SPCE. Neste artigo pretendemos apresentar e discutir os principais eixos estruturadores do projeto de investigação, desenvolvido no 1º ano do Programa Doutoral em Ciências da Educação, dando conta da gênese da pesquisa, do seu atual estado de maturação e procurando lógicas de articulação com os eixos temáticos da Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário.

No quadro disciplinar das Ciências da Educação, onde esta pesquisa se filia, respalda de forma mais ampla a justificação e a pertinência para o desenvolvimento deste estudo. Recentemente, assistiu-se à publicação de importantes documentos configuradores do domínio da Cidadania em contexto educativo, como sejam o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho e, mais recentemente, Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho), o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017). Em matéria de política nacional, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio), a par de um dos atuais mecanismos de financiamento das políticas públicas – Portugal 2020 | Programa Operacional para a Inclusão Social e o Emprego (www.poise.portugal2020.pt) – definem as principais orientações e objetivos relacionados com as questões de género e identificam as OSC e o sistema educativo como atores centrais para a intervenção e mudanças a operar neste domínio. Este contexto confere uma acrescida importância à compreensão da Escola, sob o prisma da indissociabilidade do território e dos agentes de desenvolvimento comunitário (numa relação que evidencia o carácter educativo do social e a dimensão social da educação) (Menezes & Ferreira, 2012), e convida a compreender a contribuição das intervenções promovidas pelas OSC no âmbito de uma Educação *em* Cidadania. Nomeadamente, através da análise do conceito de cidadã/ão patente nos programas educativos e da influência das práticas e das experiências quotidianas na configuração do acesso e na criação de contextos de reconhecimento e de exercício dos direitos de cidadania capazes de contribuir para a formação de identidades, consciência, sentido de agência e posicionamento político.

A reflexão apoiada pelos operadores teóricos do campo temático relacionado com questões de género, cidadania, educação e com a caracterização das OSC, conduziu à necessidade de abandonar o pendor marcadamente operativo e instrumental que movia inicialmente os interesses da pesquisa, para inquirir o campo de uma forma mais ampla e radical. Mais ampla, porque se abandona o reduto que inicialmente se circunscrevia às questões relacionadas com o impacto tangível e evidencia-se a necessidade de considerar a abordagem socioeducativa como um processo, cujos componentes

e modalidades de configuração interessa compreender. Mais radical porque, apanágio do campo das Ciências Sociais e da Educação, há a necessidade de explicitar os alicerces conceptuais nos quais se fundam as estruturas da pesquisa. E neste processo, profundamente interligado e complexo, um novo foco da pesquisa vai sendo construído e assumindo o protagonismo na liderança das preocupações da investigação. Assim, a questão que se foi construindo e que exprime de forma mais fidedigna aquilo a que esta pesquisa procura dar resposta assume neste momento a seguinte formulação: como se caracterizam e se formam as abordagens socioeducativas promovidas pelas OSC, em contexto escolar, nos domínios da cidadania e da igualdade de género? Espera-se que as respostas a esta questão permitam identificar os contributos diferenciadores dessas abordagens, face a uma intervenção de feição exclusivamente escolarizada, curricular e programática e distinguir os fatores críticos que permitem discutir a configuração do sucesso de intervenções desta natureza.

1. Problematização e operadores teóricos da pesquisa

No debate sobre cidadania, como recurso simbólico para a constituição e definição identitária, um dos atuais desafios sociais e educativos passa pela desconstrução política e metodológica das representações vigentes de *homem* e *mulher*, através de uma conceptualização mais fluida e capaz de se alinhar com as transformações sociais que ocorrem (por exemplo, nos domínios da pertença, da diferença, da exclusão e da marginalização dentro e através das fronteiras de género). O percurso histórico-político de problematização das questões de género, com as suas feições reivindicativas, contestatárias e desocultadoras, parece assim posicionar-se para discutir as virtualidades que poderão residir na conceptualização e operacionalização de uma *Pedagogia da Controvérsia* (convocando aqui a tradição Freireana) para dar conta da interseccionalidade que caracteriza a relação entre género, educação e cidadania nas atuais sociedades globalizadas. É neste contexto que também se problematiza o papel da Sociedade Civil, nomeadamente na sua articulação com os movimentos sociais e as organizações de filiação feminista, e os seus contributos para a discussão e ressignificação do conceito de cidadania e de igualdade de género.

1.1. Género e Cidadania: eixos de interlocução e formação democrática

O conceito de género emerge da necessidade de evidenciar o processo que subjaz à construção social do que é *ser mulher*, para sublinhar e destacar tudo o que esse processo convoca, para além do domínio biológico (Amâncio, 1994). Ou seja, “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (Louro, 1997, p. 21). O conceito de género cumpre assim uma tripla função: a rejeição do determinismo biológico; a desarticulação da relação homológica entre papéis sociais e morfologia sexual e a evidência do carácter socialmente construído inerente ao *ser mulher*

(Amâncio, 2003). O conceito procura dar conta do modo como as características e as diferenças sexuais são compreendidas e socialmente representadas. Numa primeira fase, este debate centra-se na análise da construção e da reprodução da desigualdade e alicerça-se em grande medida nos contributos da teorização dos papéis sociais de género. Esta conceptualização, largamente assente na polarização do dualismo dos sexos e na acentuação das suas diferenças (Amâncio, 2003), foi sendo questionada pela necessidade de equacionar de forma mais inclusiva e, sobretudo, relacional a ligação entre o masculino e o feminino. De facto, ao deslocar-se o arsenal teórico do conceito de género para o domínio congénere da masculinidade, estimulou-se o seu carácter denunciador, sobre a lógica das relações de poder existentes, e evidenciou-se o projeto transformador sobre essa mesma realidade. De acordo com Scott, o potencial analítico do conceito de género demonstra-se enquanto “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (...) [e como] (...) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86). Enquanto

conjunto objetivo de referências, os conceitos de género estruturam a perceção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o género torna-se implicado na conceção e na construção do próprio poder (Scott, 1995, p. 88).

Esta é, de facto, uma abordagem mais complexa, que se distancia das lógicas dicotómicas e que, abraçando a noção de poder e de relações de poder, procura salientar a heterogeneidade que perpassa as categorias sociais denominadas de *mulheres* e *homens* e que, reconhecendo a existência de um maior poder masculino, procura ainda assim evidenciar a pluralidade e diversidade de poderes, bem como os espaços, a partir dos quais se podem criar formas de resistência e gerar contrapoderes.

Apesar das críticas a que o conceito de género foi sendo submetido (ou precisamente por sido sujeito a esse apertado escrutínio)⁴, para este trabalho afirma-se como central para a compreensão dos processos estruturais de desigualdade entre homens e mulheres, manifesta em diversos domínios sociais: “structures of a gendered hierarchy of power differentiate men from one another according to social roles and dispositions and do not simply differentiate men and women” (Young, 2005, p. 25). O conceito de género tem,

⁴ Veja-se, por exemplo, a crítica pós-estruturalista sobre o carácter essencialista que subjaz à conceptualização de género, sistematizada por Barbara Marshall (1994): essencialismo biológico, alicerçado na especificidade do corpo feminino e na sua indelével relação com a reprodução da espécie (as mulheres como uma classe sexual, à mercê da sua biologia e dependentes do homem para a sua sobrevivência); essencialismo filosófico, em que o foco reside no que impede o corpo feminino de transcendência, para além da sua submissão à função reprodutora; e essencialismo histórico associado à reificação da experiência feminina, nomeadamente em matéria de divisão sexual do trabalho, ao papel social da maternidade, ao confinamento à esfera privada, que lhes confere uma identidade específica. Estes aspetos críticos partiram sobretudo de grupos de mulheres subalternizadas (negras, lésbicas, trabalhadoras, do Sul, etc.) que não se identificavam com os pressupostos do arquétipo de mulher que se encontravam subjacente aos feminismos brancos e de classe média: branca, ocidental, heterossexual, dependente, mãe a tempo inteiro, burguesa, etc.

na sua base, as relações hierárquicas entre homens e mulheres, evidenciando a relação desigual e assimétrica que se estabelece entre as várias construções identitárias e os recursos para manifestação e exercício de poder ao seu alcance. Ou seja,

the most important thing about the analysis is to understand how the rules, relations, and their material consequences produce privileges for some people that underlie an interest in their maintenance at the same time that they limit options of others, cause relative deprivations in their lives, or render them vulnerable to domination and exploitation (Young, 2005, p. 25).

Falar de género implica assim a identificação de pessoas, trajetórias, interações atravessadas por formas desiguais de poder e manifestações identitárias que não gozam de idêntica importância e centralidade.

As perspetivas feministas que exploram a relação entre género e cidadania são responsáveis por contributos fundamentais para o alargamento e complexificação do domínio conceptual da cidadania e, reciprocamente, este debate produziu também significativos desafios para o robustecimento do conceito de género e da sua feição problematizadora. A introdução da dimensão de género no debate sobre cidadania “even if merely to note that women have a different relationship to citizenship than men, is a necessary initial corrective” (Walby, 1994, p. 379). Nesta perspetiva, a clássica conceptualização de cidadania proposta por Marshall (1950)⁵ suscita críticas legítimas, designadamente porque ignora de forma implícita a dimensão de género e porque sustenta uma análise da evolução histórica dos direitos de feição marcadamente androcêntrica (Hobson, 2005). Não obstante, esta proposta tem a virtualidade analítica de distinguir dimensões de cidadania, de analisar o modo como elas foram sendo historicamente alargadas a diferentes grupos sociais e de permitir a Walby concluir que “when half the population might be denied effective citizenship because of gender, then gender matters to citizenship” (1994, p. 391). A mobilização teórica do conceito de cidadania solicita que se atenda à diversidade que o caracteriza e ao cariz tensional que o atravessa (Ferreira, 2006), razão pela qual, no seio desta pesquisa, se afigura como inultrapassável dar conta de alguns dos principais dos marcos teóricos e políticos dessa relação, nomeadamente do debate que emerge das críticas feministas aos fundamentos da democracia liberal, à construção genderizada dos conceitos de nação e de nacionalidade e à noção de mulher, como categoria social e necessariamente política.

A aliança entre a teoria feminista e o modelo democrático liberal, centrada na partilha do valor da igualdade, baseia-se no princípio da

⁵ De acordo com Marshall, o conceito de cidadania estrutura-se em torno de três elementos: i) o cívico “is composed of the rights necessary for individual freedom-liberty of the person, freedom of speech, thought and faith, the right to own property and to conclude valid contracts, and the right to justice” (1950, p. 10); ii) o político, associado ao direito a participar “in the exercise of political power, as a member of a body invested with political authority or as an elector of the members of such a body” (Marshall, 1950, p. 11); iii) o social, compreendido como “the whole range from the right to a modicum of economic welfare and security to the right to share to the full in the social heritage and to live the life of a civilised being according to the standards prevailing in the society” (Marshall, 1950, p. 11).

neutralidade política, na centralidade da autonomia feminina, no pressuposto da igualdade política entre homens e mulheres (vista pelo prisma da oportunidade, do acesso e da autodeterminação) e na conceção de mulher como ser dotado de racionalidade (Arnot & Dillabough, 2009). Esta abordagem teve a virtualidade de expor algumas das contradições entre o discurso e a prática patente nas sociedades democráticas liberais, nomeadamente em matéria de igualdade de oportunidades, denunciando os sistemas eminentemente reprodutores das desigualdades patentes no sistema educativo e evidenciando o seu contributo para a construção social, do que o feminismo liberal designa, de papéis de género. Contudo, a este nível, não se problematiza devidamente a configuração política, cívica e económica das diferentes esferas sociais e, portanto, não se explica a lógica de subordinação que se encontra subjacente ao posicionamento das mulheres na esfera privada/doméstica⁶.

As críticas feministas não liberais – radicais, socialistas, marxistas – da filosofia política convergem, assim, no interesse partilhado de desocultar as representações de género que se encontram subjacentes ao conceito democrático liberal de cidadania. Os conceitos de cidadania, na sua feição tradicional e arreigadamente referenciados ao Estado-nação, implicam sempre uma dimensão excludente, porque definir quem é cidadã/ão, implica dizer quem a/o não é. Mas, a definição formal, por si só não basta, porque mesmo entre as/os que se encontram formalmente enquadradas/os nos limites da cidadania, há que atender aos demais fatores que condicionam o seu efetivo exercício (Arnot & Marshall, 2009). Por seu turno, as perspetivas da diferença (Gilligan, 1993; Ruddick, 1995), pela sua dissonância com alguns dos pressupostos de índole neoliberal, aportam interessantes contributos para o combate à desigualdade de poder de género, propondo-se a pensar a sociedade (e a educação) para além da sua dimensão mercantil e a pensar o ser humano como ser social, inserido numa comunidade, em que as questões da autonomia devem ser contrabalançadas com a ética do cuidar, da atenção à/ao/s outra/o/s. Deste conjunto de problematizações e de críticas, sublinha-se a dissonância entre o conceito de igualdade formal e de base individual, proposto pela conceptualização democrática liberal, e o cerne de alguns dos projetos e preocupações feministas, que enfatizam a diferença e a complementaridade, como condições para a igualdade⁷. O quadro de diálogo e de problematização entre género e cidadania “has enabled feminist scholars to confront histories

⁶ No âmbito da vasta teorização em torno da noção de contrato social, o trabalho de Pateman (1988) denuncia a existência de um silenciado contrato sexual, que, na realidade, subjaz a uma estruturação social de natureza patriarcal e se perpetua, mesmo nas modalidades mais contemporâneas, sob a forma de um pacto fraternal. O pacto fraternal asseguraria a separação entre a esfera pública/masculina e a esfera privada/feminina e consubstanciaria um contrato, em que os homens governam na primeira dimensão e controlam a sexualidade e a dimensão reprodutiva das mulheres, na segunda (Pateman, 2002). O confinamento das mulheres à esfera privada não constitui uma deficiência ou uma lacuna desse contrato, mas sim uma das condições e resultados do seu devido funcionamento, operando, assim como um forte mecanismo de exclusão presente na construção teórica e política de cidadania (Hobson, 2005).

⁷ As perspetivas de filiação socialista e as abordagens do feminismo negro respondem, justamente, à necessidade de problematizar as questões de género, nas sociedades democráticas contemporâneas, atendendo às diferenças que atravessam os grupos de mulheres distintamente posicionados. Estes movimentos, de politização das diferenças, complexificam a análise, na medida em que a procuram articular, por um lado, com o processo de estruturação das desigualdades socioeconómicas e, por outro, com a racialização das experiências individuais e das práticas sociais (Arnot & Dillabough, 2009, p. 44).

of discrimination and exclusion through the lens of social citizenship, which has enhanced the analysis of the role of institutions and welfare state structures in reproducing gender inequalities” (Hobson, 2005, pp. 142-143).

1.2. Convocatória contemporânea para a intervenção socioeducativa

Da argumentação tecida até este ponto, constata-se que nem todas as modalidades e expressões dos regimes democráticos respondam de forma direta aos requisitos feministas e que nem todas formas de educação para a democracia preencherão os ideais educacionais feministas, “(...) much depends on how democratic education and questions of equality are defined, conceptualised, and expressed in relation to gender politics and the authentic concerns of feminists” (Arnot, 2009, p. 29). Assim, para pensar a relação entre género, cidadania e educação, extrai-se a “necessidade de se olhar mais profundamente para os contextos de participação, para as oportunidades que propiciam, àqueles nelas envolvidos, de transformação social e de (re)construção de modos mais compreensivos, comprometidos e reflexivos de pensar sobre a política (a atividade de criar, com outros, um mundo a determinar)” (Ferreira, 2006). A democracia e a educação assentes na concetualização da pessoa democrática, enquanto sujeito que se constitui pela sua iniciativa singular de relação com o Outro e é, simultaneamente constituído pela ação deste Outro em relação a si, fundamentam o abandono das perspetivas de cariz instrumental (a escola para) e individualista (as/os jovens para) e aludem à escola, como um dos espaços sociais onde as condições para a ação e a não-ação podem ser objeto de reflexão e, assim, de constituição dos sujeitos em sociedades democráticas (Biesta, 2007).

Concretamente, sobre a relação entre educação e a (re)produção da construção social de género, Stromquist equaciona as condições pragmáticas para a concretização do seu potencial transformador, enfatizando a centralidade do par conteúdo e contexto: “education exposes individuals to cosmopolitan ideas, rules of evidence, and ethical considerations. Training people to think analytically always carries a revolutionary potential. But you need supportive content and context to make these ideas flourish” (2011, p. 175). Historicamente, a este nível, regista-se que os movimentos de mulheres

não acreditaram nem acreditam que a evolução e o ‘naturalismo’ alterarão a situação da mulher. Pensam antes na necessidade de refletir e intervir nas várias frentes educativas com o intuito de alterar a posição de subordinação das mulheres: na formação de professores/as, num trabalho intensivo e extensivo ao nível dos/as alunos/as, na pressão em relação ao Estado, entre outras (Magalhães, 1998, p. 153).

Da análise da relação entre o movimento feminista e a educação, nas décadas de 1970 e 80, Magalhães propõe a adaptação da tipologia apresentada por Arnot e Weiler (1993) ao contexto português e distingue “quatro estratégias de intervenção para a mudança em educação: a) uma estratégia desgenderizadora; b) uma estratégia centrada nas mulheres; c) uma estratégia de conscientização; e finalmente d) uma estratégia de investigação mais centrada na produção de conhecimento” (Magalhães, 1998, p. 154). A primeira

abordagem centra-se na eliminação dos elementos que contribuem para que a escola produza segregações com base no género. Estas intervenções materializam-se em iniciativas do foro legal, que visam a eliminação dos obstáculos a uma efetiva igualdade, e também em ações com vista à eliminação dos estereótipos de género presentes nos percursos vocacionais que orientam rapazes e raparigas para profissões masculinas ou femininas. As segundas estratégias reivindicam a integração de valores femininos e da ética do cuidado no sistema educativo, como forma de enaltecimento dessas diferenças e empoderamento das mulheres. As abordagens da conscientização assentam também na necessidade de valorização das mulheres, mas, diferentemente, da perspetiva anterior, não perseguem objetivos de mobilização e organização coletiva. Finalmente, uma quarta estratégia identificada prende-se com os esforços feministas para a produção de conhecimento e desenvolvimento da investigação centrada nas questões de género (Magalhães, 1998).

A partir da proposta analítica da cartografia social, Stromquist (2011) equaciona o território, a localização, os atores individuais e institucionais, que constituem um determinado espaço social, para compreender a construção interrelacionada dos problemas e das suas soluções. Esta abordagem, mais alargada e integradora, permite considerar a complexidade de que se reveste a produção social das questões de género e aceder às modalidades de atuação e inter-relação da sociedade civil (na sua formulação alargada) nesse processo. Esta proposta permite equacionar a atuação da sociedade civil em quadros geopolíticos que extravasam as fronteiras dos Estados-Nação e que se afiguram, no momento atual, como incontornáveis para a configuração de fenómenos políticos económicos, sociais, culturais e simbólicos. A dimensão interconstitutiva das diferentes problemáticas do mundo contemporâneo, nomeadamente das questões de género, interpela um conjunto alargado de atores para a participação e produção de um espaço educativo que possa atender:

the importance of women's social location in the state, the family and the community in relation to access over power and privilege; the need to recognize the opportunities and the threats posed by economic restructuring, globalization, development and the global arena for women; the necessity for addressing the re-distribution of resources and the recognition of those women and men who are located outside normative definitions of citizenship; the need for social rights of both women and men to be recognized in the cultural, economic and political decisions which affect the shape and direction of their futures (Arnot & Marshall, 2009, p. 188).

Esta convocatória contempla a sociedade civil, nas suas formas organizadas, que definindo-se ou não como feministas, de um ponto de vista formal, doutrinário ou estatutário, ainda assim “reconhecem a posição de subordinação das mulheres e agem no sentido da mudança, implementando novas práticas sociais” (Magalhães, 1998, p. 154), nomeadamente, em diálogo com o campo educativo. Considerando que estas organizações funcionam fora

da alçada estatal, pode-se aventar a hipótese de estas organizações “can develop into strong sites for emancipatory gender projects. These institutions thus create sites of resistance” (Stromquist, 2011, p. 182), rompendo com o caráter reprodutor acoplado à instituição escolar e ampliando os *horizontes de expectativas* (Jauss, 1967/1994) que a partir daí se poderão construir. Numa outra perspectiva, o que poderá ser questionado é “whether political education reconfigures (school) education or if, contrarily, school – or a certain understanding of the territory of schooling – domesticates the intention and the practices that constitute political education” (Monteiro & Ferreira, 2011, p. 6). Ou seja, tratando esta investigação das estratégias de mudanças promovidas por organizações da sociedade civil em contexto escolar, importa perceber se este contexto produzirá um efeito perverso: “everything that the school touches becomes school-like and it is not possible to add anything to the school that cannot be reduced to the school itself” (Monteiro & Ferreira, 2011, p. 6). Portanto, até que ponto é que intervenções que se propõem gerar mudanças são mais ou menos cooptadas e progressivamente domesticadas nesses contextos. Atende-se assim à importância do campo escolar para compreender essas dinâmicas, mas considera-se que também o campo das organizações da sociedade civil é dotado de um conjunto de especificidades que enformam a montante a construção discursiva e prática do seu posicionamento e atuação.

1.3. Organizações da Sociedade Civil: delimitação conceptual, tendências e desafios

O debate sobre as designações e os significados das formas organizadas da sociedade civil revela-se complexo e bastante plural, esgrimindo-se aí um conjunto contextualmente diferenciado de critérios funcionais sobre esta matéria. De acordo com Walzer, “the words ‘civil society’ name the space of uncoerced human association and also the set of relational networks – formed for the sake of family, faith, interest, and ideology – that fill this space” (1990, p. 1). A ênfase numa ou noutra dimensão ou característica – como sejam o carácter não lucrativo ou não governamental – centra-se no que estas organizações não são, sublinhando, assim, a manifesta separação deste sector do Estado e do Mercado e evidenciando também filiações, mais ou menos tácitas, a determinadas correntes do pensamento social e político. Ora, alguns destes dilemas podem ser ultrapassados se a definição das organizações da sociedade civil atender ao seu papel cívico, ao invés da sua identidade social: “it’s political role is not just to aggregate, represent, and articulate interests, but also to create citizens, to shape consciousness, and to help define what is public and political” (Brysk, 2000, p. 153). Tendo em consideração este posicionamento e os objetivos desta pesquisa, opta-se pela denominação Organizações da Sociedade Civil (OSC), porque, face às demais propostas, esta opção evidencia um cariz de marcada continuidade e de inter-relação entre o político e o social, que interessa aqui analisar.

A acomodação no quadro conceptual da Sociedade Civil exige o questionamento de um conjunto de características que se lhe encontram aprioristicamente acopladas, como sejam: o seu cariz de base puramente

associativa, o seu pendor pré-político/ a-político/ não-político e a sua constituição de feição oposicional ao Estado (Lang, 2013).

The exact character of our associational life is something that has to be argued about, and it is in the course of these arguments that we also decide about the forms of democracy, the nature of work, the extent and effects to market inequalities, and much else (Walzer, 1990, p. 7).

A ancoragem histórica do conceito evidencia uma forte relação entre o desenvolvimento da Sociedade Civil e a emergência dos modernos Estados-Nação. A versão não-política da Sociedade Civil alimenta-se de duas dinâmicas complementares: por um lado, nas sociedades civis emergentes, a necessidade de forjar um espaço social próprio reforçou uma estratégia discursiva que conceptualiza a Sociedade Civil como um campo dotado de uma especificidade própria, distinta e não permeável à inter-relação com os demais campos sociais, nomeadamente o estatal. Por outro lado, nas sociedades modernas, o Estado, necessitado de reforçar os seus mecanismos de legitimidade, aponta para a Sociedade Civil e para as suas formas organizadas como entidades de intermediação, que apoiam a formação de uma opinião pública e a legitimação de determinadas agendas políticas (Lang, 2013).

As abordagens comunitaristas, o paradigma do capital social e o discurso de feição liberal reforçam a conceptualização não política da Sociedade Civil, tratando-o como um espaço intermédio, entre o público e o privado, que, através da ação coletiva, permite aos indivíduos o desempenho temporário de um papel político na esfera pública, mas que os continua a caracterizar a partir de um reduto privado/ familiar/ íntimo: “citizens ‘go public’ as individuals by leaving the intimate sphere of their family, but they do not form publicly recognized collectives in civil society” (Lang, 2013, p. 48)⁸. A conceptualização da esfera pública condiciona a configuração da Sociedade Civil e tem implicações evidentes na capacidade que é lhe reconhecida para influenciar essa mesma esfera pública. Ora, uma conceptualização da sociedade civil, enquanto mero aglomerado de organizações, ao invés de um espaço social de interação e de negociação (Brysk, 2000), constitui em si mesma um obstáculo ao desenvolvimento da sociedade civil e às suas expressões mais ou menos organizadas. Reconhecer a autonomia relativa deste campo social (Bourdieu, 1984) e a legitimidade das relações e das dinâmicas que e/ou a partir daí se estabelecem é, portanto, um passo indispensável à sua compreensão.

A singular relação de proximidade com as pessoas e as comunidades constitui uma das principais bases de diferenciação e legitimação do trabalho das OSC que, muito por via da arquitetura dos seus mecanismos de financiamento, se encontra, na realidade severamente comprometida (Lang, 2013). A vinculação das OSC às estruturas de financiamento disponíveis condiciona fortemente a definição dos seus cadernos reivindicativos e dos seus programas de intervenção (mais orientados pelas agendas dos doadores, do que

⁸ Esta abordagem é especialmente cara às questões de género e aos movimentos de mulheres que, no âmbito da teorização política feminista, produziram um vasto questionamento acerca desta divisão entre o público e o privado e do seu papel operatório na reprodução de uma ordem social patriarcal (Pateman, 1988).

pelas necessidades concretas das populações e comunidades com quem trabalham) (Banks & Hulme, 2012). Este condicionalismo explica também algumas das críticas que são apontadas em matéria de autonomia e prestação de contas, porque, de facto, as organizações tendem a orientar este processo para as instâncias de financiamento, ao invés das comunidades. Adicionalmente, o cumprimento dos requisitos formais, unilateralmente definidos pela contratualização dos financiamentos, exige a mobilização de um conjunto de recursos materiais e humanos que, assim, é desviado, do seu real propósito – o trabalho com as pessoas e comunidades. A inovação, tida como um dos principais atributos da atuação protagonizada pelas OSC, é sancionada pelos movimentos de expansão organizacional, decorrentes da necessidade de profissionalização, institucionalização e burocratização, que objetivamente constroem a diversidade, a experimentação e o arrojo das intervenções desenvolvidas.

O triplo processo de profissionalização, institucionalização e burocratização consubstancia o movimento crítico designado de *ongização* (Ribeiro, 2017), em que influências de diversa ordem moldam a estruturação interna e externa das OSC – “vertically structured, policy-outcome-oriented organizations that focus on generating issue-specific and, to some degree, marketable expert knowledge or services” (Lang, 2013, pp. 63-64)⁹. O desafio da sustentabilidade das organizações parece estar também fortemente dependente do grau de compromisso político que as OSC são capazes de assumir, nomeadamente com os financiadores, levando a que, por exemplo, as organizações informais e com uma agenda tida como mais subversiva tenham dificuldades em sobreviver e manter as suas atividades (Banks & Hulme, 2012).

O conhecimento produzido e adquirido sobre e por este domínio, acompanhado do dinamismo e da sua capacidade de renovação constituem algumas das principais linhas de força para pensar o futuro da Sociedade Civil.

As our actions are based on knowledge (though not solely) and have ethical consequences (though not only), questions of knowledge and ethics are ultimately also questions of agency, of the routine and consequential actions through which we contribute to the reproduction or change of existing social structure (Srinivas, 2009, p. 618).

Neste contexto, entende-se agência como a possibilidade operatória que as ações contêm para reprodução ou mudança das relações de poder vigentes. Trata-se, portanto de uma questão política transversal aos principais desafios deste setor: a (re)aproximação às comunidades e às suas necessidades, o apoio à criação de canais de participação cívica e o recrudescimento da sua função reivindicativa (Banks & Hulme, 2012; Brysk, 2000). Contudo, este horizonte, sendo bastante promissor, constitui também um desafio de natureza

⁹ Na linha das críticas alinhadas com a ‘ongização’, destaca-se o risco de profissionalização e despolitização, associado à centralidade assumida pela provisão de serviços. Em matéria de *advocacy*, é possível identificar um *spectrum* de posições possíveis: entre a intervenção que se reclama de um domínio do “não-político” e que pretende uma transformação das relações Estado/ Sociedade e a intervenção que visa o empoderamento destas organizações e a sua legitimação enquanto atores de governação (Banks & Hulme, 2012).

ontológica, porque exige que as OSC, enquanto produto que se constrói a partir de uma conceção segmentada entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, se assumam como produtoras das fronteiras, dos conteúdos e significados que também definem o que, num determinado momento, se entende por Estado, Mercado e Sociedade Civil. Neste sentido, encontra-se também um desafio de natureza ideológica e política: a sociedade civil como um projeto de projetos “it requires – many organizing strategies and new forms of state action. It requires a new sensitivity for what is local, specific, contingent – and, above all, a new recognition (to paraphrase a famous sentence) that the good life is in the details” (Walzer, 1990, p. 11). Nesta linha, emerge um desafio de índole simbólica e funcional: a acomodação dos processos de rearticulação e hibridização, como estratégias para lidar com a complexidade e diversidade dos ambientes em que atuam e dos problemas sociais contemporâneos.

2. Proposta metodológica

A operacionalização dos objetivos da pesquisa materializa-se no desenvolvimento de três estudos que procuram responder a questões específicas da investigação. De forma mais detalhada, cada um dos estudos será desenvolvido nos seguintes moldes:

Estudo 1 | Políticas CIG (Cidadania e Igualdade de Género)

A ação desenvolvida pelas OSC assume-se, simultaneamente, como produto e produtor das dinâmicas sociais em que se encontram direta e indiretamente envolvidas. Em matéria de Cidadania e Igualdade de Género (CIG), considera-se que a ação das OSC possa ser influenciada pelo quadro político mais amplo em que estas se movem. No caso português, assume um particular relevo a integração no quadro sociopolítico da União Europeia, que emana com regularidade e um carácter mais ou menos vinculativo um conjunto de diretrizes, onde as questões de cidadania e de género têm vindo a assumir uma inegável presença. Estas orientações plasmam-se em documentos de cariz legislativo e também nas linhas que definem os programas de apoio e financiamentos às diferentes organizações dos seus Estados-Membros, assim como em protocolos e cartas de compromisso entre o Estado e as OSC.

Neste cenário, as OSC têm-se vindo a assumir também como legítimos e formais interlocutores da formulação destas políticas. Contudo, interessa a esta pesquisa analisar de forma mais direta o modo como estas políticas e programas influenciam o modo de atuação das OSC. Para tal, procede-se a um levantamento dos principais documentos de orientação política nacional sobre esta matéria e mobiliza-se a análise de conteúdo e de discurso para identificar as suas principais linhas de força. Esta análise compreenderá igualmente os programas de financiamento público que se dirigem especificamente para as questões de género e terá a virtualidade de permitir igualmente circunscrever o universo das OSC que, em Portugal, têm vindo a desenvolver intervenções financiadas relacionadas com questões de género e de cidadania. A partir desta

análise será possível identificar as OSC que de forma mais concreta dirigem a sua atuação para o contexto escolar.

Estudo 2 | Discursos das OSC sobre IS-CIG (Intervenção Socioeducativa – Cidadania Igualdade Género)

A análise empreendida a partir do Estudo 1 permitirá identificar o universo das OSC que, em Portugal, atuam, com apoio e financiamento públicos, nos domínios da cidadania e da igualdade de género. Postula-se a muito provável hipótese da diversidade a este nível, mas interessa caracterizar essa diferença. Recorrendo, numa primeira fase à informação disponibilizada nos sítios da internet destas organizações, procurar-se-á caracterizar este universo quanto à sua visão, missão e ambição, distinguindo as suas principais áreas de atuação e objetivos. A partir deste universo, proceder-se-á à seleção de uma amostra teoricamente significativa, ou seja, espelhando a diversidade de perfis de organizações que atuam a este nível. Aos órgãos de direção executiva dessa amostra será endereçado um pedido para a participação neste estudo, através da realização de entrevistas semi diretivas, preferencialmente presenciais (admitindo-se, contudo, o recurso à mediação por via áudio ou audiovisual nos casos em que a copresença não se revele possível). Nestas entrevistas, procurar-se-á aprofundar alguma da informação recolhida através da análise dos sítios da internet, mas, sobretudo, aceder ao universo de significados produzidos pelos dirigentes sobre a atuação da sua organização.

É especialmente relevante para a pesquisa aceder ao reduto ideológico e concetual que enforma a atuação das OSC, nomeadamente em matéria de cidadania e de género, e procurar compreender os seus posicionamentos face às orientações políticas e aos instrumentos de financiamento a que acedem. Esta fase da pesquisa é crucial para procurar identificar o leque de intervenções socioeducativas ativas e que sejam passíveis de um posterior acompanhamento, por isso, este momento é também essencial para perceber como é que os órgãos dirigentes das OSC conceptualizam a operacionalização dessas ações. Identificam-se algumas das dimensões a considerar: os objetivos da intervenção e a importância estratégica que lhe é atribuída; as modalidades de intervenção e os princípios que as organizações procuram respeitar na sua implementação; os recursos que numa perspetiva ideal e real lhe são alocados, do ponto de vista financeiro, em termos de recursos humanos e das formações consideradas fundamentais a este nível; a seleção da população alvo; o diálogo e a relação com a comunidade local e com a população com quem procuram trabalhar; o tipo de mudança que é buscada e conseguida; como é que que consideram que poderia ser melhorado.

Estudo 3 | Práticas de IS-CIG (Intervenção Socioeducativa – Cidadania Igualdade Género)

Considerada e analisada a orientação de feição política e o posicionamento das OSC, através do discurso formalmente produzido e das entrevistas com os seus órgãos dirigentes, interessa numa terceira fase

acompanhar a implementação da intervenção socioeducativa de um número restrito de OSC, em contextos escolares, tendo como objetivo a promoção da cidadania e a igualdade de género. Nesta fase, prevê-se a realização de três estudos de caso, selecionados, tendo em consideração o perfil da OSC promotora. Assim, recorre-se à análise da memória descritiva do projeto e acompanha-se o desenvolvimento das atividades, com base numa abordagem que privilegiará a observação participante. É também fundamental para compreender a dimensão praxeológica contactar de forma mais aprofundada com os principais participantes desta intervenção: as/os técnicas/os das OSC; as/os docentes mais diretamente envolvidas/os e as/os alunas/os, prevendo-se a realização de entrevistas e de grupos de discussão focalizada.

A presença em contexto escolar permite analisar o papel que as OSC desempenham neste contexto, como o encaram e compreender melhor o seu contributo face a uma abordagem exclusivamente escolar. Em termos de análise, esta é a fase mais complexa, mas também mais interessante da pesquisa, porque possibilita o acesso a dimensões fundamentais para compreensão e caracterização da intervenção socioeducativa das OSC, compaginando a análise de natureza macropolítica, com a dimensão ideológica, conceptual e praxeológica. Este momento poderá permitir a configuração de uma tipologia sobre a intervenção socioeducativa das OSC e ampliar as vias compreensivas para discernir as diferenças e as complementaridades entre as diversas dimensões.

Referências Bibliográficas

- Amâncio, Lígia (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38(168), 687-714.
- Amâncio, Lígia (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Arnot, Madeleine (Ed.), (2009). *Educating the gendered citizen: sociological engagements with national and global agendas*. London: Routledge.
- Arnot, Madeleine & Dillabough, Jo-Anne (2009). Feminist politics and democratic values in education. In Madeleine Arnot (Ed.), *Educating the gendered citizen: sociological engagements with national and global agendas* (pp. 29-59). London: Routledge.
- Arnot, Madeleine & Marshall, Harriet (2009). Addressing the gender agenda: the limits and possibilities of national and global citizenship education. In Madeleine Arnot (Ed.), *Educating the gendered citizen: sociological engagements with national and global agendas* (pp. 167-194). London: Routledge.
- Arnot, Madeleine & Weiler, Kathleen (1993). *Feminism and social justice in education: international perspectives*. London: Falmer Press.

- Banks, Nicola & Hulme, David (2012). *The role of NGOs and civil society in development and poverty reduction*. Brooks World Poverty Institute Working Paper.
- Beck, Ulrich (2016). *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, Ulrich, Giddens, Anthony, & Lash, Scott (2000). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta.
- Biesta, Gert (2007). Education and the democratic person: towards a political conception of democratic education. *Teachers College Record*, 109(3), 740-769.
- Bourdieu, Pierre (1984). Espace social et genèse des. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52(1), 3-14.
- Brysk, Alison (2000). Democratizing civil society in Latin America. *Journal of Democracy*, 11(3), 151-165.
- Ferreira, Pedro D. (2006). *Concepções de cidadania e experiências de participação na sociedade civil: uma perspectiva do desenvolvimento psicológico*. (Tese de Doutoramento não publicada), Universidade do Porto, Porto.
- Gilligan, Carol (1993). *In a different voice: psychological theory and women's development*. Harvard: Harvard University Press.
- Hobson, Barbara (2005). Feminist theorizing and feminisms in political sociology. In Thomas Janoski, Robert Alford, Alexander M. Hicks, & Mildred A. Schwartz (Eds.), *The handbook of political sociology: states, civil societies, and globalization* (pp. 135-152). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Jauss, Hans R. (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática. (Obra original publicada em 1967).
- Lang, Sabine (2013). *NGOs, civil society, and the public sphere*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Louro, Guacira L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. (6ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Magalhães, Maria J. (1998). *Movimento feminista e educação: Portugal, décadas de 70 e 80*. Oeiras: Celta.
- Marshall, Barbara (1994). *Engendering modernity: feminism, social theory and social change*. Boston: Northeastern University Press.
- Marshall, Thomas H. (1950). *Citizenship and social class*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Menezes, Isabel, & Ferreira, Pedro D. (2012). *Educação para a cidadania participatória em sociedades em transição: uma visão europeia, ibérica e nacional das políticas e práticas da educação para a cidadania em contexto escolar*. Porto: CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto.
- Monteiro, Hugo & Ferreira, Pedro D. (2011). Unpolite citizenship: the non-place of conflict in political education. *Journal of Social Science Education*, 10(4), 5-11.
- Pateman, Carole (2002). O contrato sexual - o fim da história? *ex-aequo*, 8, 27-40.
- Pateman, Carole (1988). *The sexual contract*. Cambridge: Polity Press.
- Ribeiro, Ana Bela (2017). *Políticas e práticas de educação para a cidadania na europa: entre as potencialidades das parcerias com ONG e os riscos de ONGização das políticas educativas*. (Tese de doutoramento não publicada). Porto: Universidade do Porto.
- Ruddick, Sara (1995). *Maternal thinking: toward a politics of peace*. Boston: Beacon Press.
- Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Srinivas, Nidhi (2009). Against NGOs? A critical perspective on nongovernmental action. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 38(4), 614-626.
- Stromquist, Nelly P. (2011). A social cartography of gender in Education: visualizing private and public spheres and interconnecting forces In John C. Weidman & W. James Jacob (Eds.), *Beyond the comparative: advancing theory and its application to practice* (pp. 173-192). Rotterdam: Sense Publishers.
- Walby, Sylvia (1994). Is citizenship gendered? *Sociology*, 28(2), 379-395.
- Walzer, Michael (1990). The civil society argument. In Chantal Mouffe (Org.), *Dimensions of radical democracy* (pp. 89-107). London: Verso.
- Young, Iris M. (2005). *On female body experience: "throwing like a girl" and other essays*. Oxford: Oxford University Press.